
Clipping n° 1091

, 22 Outubro 2012 - 11:32:20

São Paulo (SP): Trabalhadores em edifícios conquistam 10% de reajuste nos pisos Sindicato consegue ticket refeição e 23% para a cesta básica. É histórico! Ultrapassando as categorias com grande poder de mobilização de nossa sociedade, entre elas os bancários e os correios, os trabalhadores em edifícios e condomínios da capital podem comemorar, pois o Sindifícios, com o respaldo de toda a categoria, conseguiu encerrar a negociação com ganhos reais que vão levar melhorias ao trabalhador. Após enfrentar muitas dificuldades e um patronal indisposto a negociar, a diretoria do Sindicato conseguiu arrancar os índices de 10% de reajuste para os pisos, 8% para os salários que estão acima dos pisos, 23% de reajuste no valor da cesta básica e, pela primeira vez, acrescentou o ticket refeição de R\$ 5,00 na Convenção Coletiva. Alguns valores ainda podem ser baixos, mas já retratam o avanço que tivemos nas negociações; vejam o caso do ticket refeição, que nunca existiu para o nosso trabalhador: hoje ele é uma realidade! Só o fato de constar em nossa Convenção já é um ganho histórico; agora a cada ano vamos seguir reajustando esse valor, afirma orgulhoso o presidente do Sindifícios, Paulo Ferrari. Alguns problemas nas negociações fizeram com que elas se estendessem, razão pela qual Trabalhadores x Patrões entraram no mês de outubro ainda debatendo algumas diferenças. Mesmo com a data base em 1º de outubro, o que foi assinado em meados do mês é retroativo e os novos valores são devidos aos trabalhadores. Confira os novos números.

PISOS (10% de reajuste) Zeladores = de R\$ 878,70 para R\$ 966,57 Porteiros ou Vigias = de R\$ 841,73 para R\$ 925,90
Garagistas, Manobristas e Folguistas = de R\$ 841,73 para R\$ 925,90 Cabineiros ou Ascensoristas = de R\$ 841,73 para R\$ 925,90
Faxineiros e demais empregados = de R\$ 804,75 para R\$ 885,23 Cesta Básica = de R\$ 130,00 para R\$ 160,00 Ticket Refeição = R\$ 5,00 (a partir de 01/01/2013) REAJUSTE: 8% para salários acima do piso. Fonte: Força Sindical

Ouro Branco (MG): Governo cria Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Pesquisas apontam que nos últimos 40 anos houve uma melhora significativa nos índices oficiais relativos aos acidentes de trabalho. Porém, em comparação com países desenvolvidos, a situação no Brasil ainda é preocupante. O país ocupa o quarto lugar em acidentes fatais e o 15º em acidentes graves. Pensando nisso, o governo federal lançou, na sexta-feira, dia 27 de setembro, o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), incluindo todos os trabalhadores brasileiros no sistema nacional de promoção e proteção da saúde.

A PNSST será uma responsabilidade dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social e consiste em promover a saúde, melhorando a qualidade de vida do trabalhador e prevenindo acidentes e danos à saúde, causados pelo exercício profissional.

Para o nosso Sindicato o plano irá assegurar melhores condições de trabalho e diminuir o número de acidentes que ocorrem diariamente no ambiente de trabalho. Porém, antes de qualquer coisa, é muito importante conscientizar as empresas sobre a importância de promover ações internas voltadas ao Governo cria Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Sindicato, Geraldo Francisco. Confira a íntegra aqui: [clique aqui](#) Fonte: Força Sindical

Demanda das empresas por crédito cai 17,0% em setembro com calendário adverso A quantidade de empresas que

procurou crédito no mês de setembro foi 17,0% menor que a verificada em agosto/12, conforme resultado aferido pelo Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito. Este indicador é construído com base em uma amostra de cerca de 1,2 milhão de CNPJs, consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. Em relação a setembro/11, a demanda das empresas por crédito em setembro/12 foi 15,0% inferior. No acumulado do ano (janeiro a setembro de 2012), a busca das empresas por crédito registrou variação negativa de 3,0% perante o mesmo período de 2011. De acordo com os economistas da Serasa Experian, a demanda das empresas por crédito em setembro de 2012 foi afetada negativamente pelo calendário extremamente adverso deste mês, que contou com apenas 19 dias úteis, a menor quantidade de dias úteis para um mês de setembro desde 2007. Assim, ajustada pela quantidade de dias úteis, a média diária da demanda das empresas por crédito em setembro/12 foi 0,5% superior a de agosto/12 (mês que contou com 23 dias úteis), refletindo a trajetória de gradual recuperação da atividade econômica, tendência que deverá prevalecer ao longo dos próximos meses. Ainda assim, a maior recuo na demanda das empresas por crédito em setembro/12 ocorreu nas micro e pequenas empresas (queda de 17,9% frente agosto/12). Nas médias empresas a redução foi bem menor: apenas 2,5% mais baixa em setembro/12 contra agosto/12. Nas grandes empresas houve aumento de 0,2% na busca das empresas deste porte por crédito. Abigraf

Henkel apresenta o Purmelt QR 475A, novo adesivo para o setor de embalagens A Henkel, líder global na oferta de adesivos, selantes e tratamento de superfícies, lança o Purmelt QR 475A, um hot melt de poliuretano reativo que cura por contato com a umidade do ar. Sua principal característica é a inovadora aparência transparente, fazendo com que seja o adesivo ideal para aplicação em Clearbox. O material tem sido adotado cada vez mais pelas marcas para compor suas embalagens, tanto para transmitir uma sensação de alta qualidade e sofisticado, quanto para privilegiar a exposição do produto, o que é um diferencial competitivo em relação a outros tipos de embalagens, em especial no segmento Premium. A cura total do Purmelt QR 475A leva, no máximo, 24 horas e, dependendo da umidade e do substrato, 50 a 80 por cento da força de ligação pode ser atingida em apenas 6 horas. Após a reação total, o filme do Purmelt chega a apresentar uma espessura de revestimento de 0,3 a 0,6 mm, o que ajuda a minimizar sua visibilidade no material transparente, melhorando a performance e o controle das partes fixadas. O produto ainda apresenta grande flexibilidade tanto em temperaturas altas ou baixas. Desktop

Pagamento do 13º salário deve injetar R\$ 139,9 bilhões na economia O pagamento do 13º salário de 2012 deverá injetar cerca de R\$ 139,9 bilhões na economia brasileira, calcula a agência classificadora de risco Austin Rating. A cifra, que corresponde a 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, é referente aos trabalhadores do mercado formal (empregados domésticos e beneficiários da Previdência Social, da União e dos estados), um contingente de 92 milhões de pessoas. O valor deve ser 7,9% maior do que em 2011 e impulsionar vendas de fim de ano. Do total de R\$ 139,9 bilhões, 22,5%, ou o equivalente a R\$ 31,4 bilhões, serão pagos aos beneficiários do INSS. Outros R\$ 108 bilhões (77,5% do total) serão recebidos pelos empregados formalizados, incluindo os domésticos. Na divisão por número de pessoas, 34,3 milhões (37,1% do total), são aposentados ou pensionistas do INSS, os empregados formais (58,2 milhões de pessoas) correspondem a 62,9% do total e os empregados domésticos com carteira assinada somam 1,9 milhões, ou 2,1% do total. A primeira parcela do benefício deve ser paga até 30 de novembro (para quem não recebeu a antecipação junto com as férias) e corresponde a 50% do valor bruto do salário. Para a segunda parcela, o pagamento deve ser feito até 20 de dezembro, porém sobre esta incidem integralmente os descontos relativos a imposto de renda e contribuição para previdência. Pelos cálculos da Austin, o comércio brasileiro deverá encerrar este ano com alta de 9,0% sobre as vendas apuradas em 2011, no cenário mais provável (80% de chance de se concretizar). Na previsão otimista, (15% de chance) as vendas no ano deverão crescer 9,6% sobre 2011. Já a estimativa pessimista, (margem de concretização de apenas 5%) prevê expansão em torno de 8,3%. (Fonte: O Globo)

Bolsa Família não desestimulou procura por emprego, revela estudo Desde que foi lançado, há cerca de oito anos, o

programa federal Bolsa Família ajudou a retirar cerca de 30 milhões de brasileiros da pobreza absoluta. Em meio às muitas críticas recebidas, conseguiu derrubar previsões simplificadoras, como a de que estimularia seus beneficiários a manterem-se desempregados para receber ajuda estatal. É o que mostra a segunda rodada de Avaliação de Impacto do programa, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com 11.433 famílias, beneficiárias ou não, em 2009. De acordo com o levantamento, quem recebe repasses do governo federal não deixa de procurar emprego. Ao considerar uma faixa de 18 a 55 anos de idade, a parcela de pessoas ocupadas ou procurando trabalho em 2009 era de 65,3% entre os beneficiários e 70,7% para os indivíduos fora do programa. Analisando pessoas entre 30 e 55 anos, a porcentagem é de cerca de 70% para ambos os grupos. O índice de desemprego também é semelhante. Em 2009, 11,4% dos não beneficiados entre 18 e 55 anos estavam sem trabalho, contra 14,2% dos auxiliados pelo Bolsa Família. Na faixa de 30 a 55, a diferença é menor: 7% para as pessoas sem benefícios, ante 8,9% do outro grupo. Em 2009, a busca por trabalho entre beneficiários é um pouco mais elevada que os não beneficiários. Esses resultados revelam, pois, não haver evidências de que haja desincentivo à participação no mercado de trabalho por parte dos beneficiários do PBF, diz o documento.

Mais tempo na escola O programa também ajudou a atrasar a entrada de jovens entre 5 e 17 anos de idade no mercado de trabalho, o que geralmente ocorre pela necessidade de auxiliar no sustento da família. Apesar desta faixa etária possuir níveis baixos de ocupação, houve avanços e quedas em geral. Em 2005, 3,6% das meninas fora do Bolsa Família entre 5 e 15 anos trabalhavam, contra 2,2% das que recebiam auxílio. Entre os meninos nesta faixa, 5,5% sem apoio tinham emprego, contra 4,3% dos beneficiários. Quatro anos mais tarde, a porcentagem caiu para 1,9% das meninas e 3,2 dos meninos sem repasses federais para 2% das mulheres e 3,7% dos homens com ajuda financeira do programa. Na faixa de 16 e 17 anos, 17,6% das adolescentes e 30,4% dos rapazes sem benefícios trabalhavam em 2005, contra 15,4% das mulheres e 32,6%, respectivamente, com benefício. Em 2009, 11,6% das meninas e 21,7% dos meninos sem benefício tinham emprego, ante 9,7% e 19,3 dos beneficiados. O recebimento dos repasses do Bolsa Família varia de 32 a 306 reais mensais, segundo critérios como a renda mensal per capita da família e o número de crianças e adolescentes de até 17 anos. O programa, que tem orçamento de 20 bilhões de reais para 2012 – cerca de 0,5% do PIB –, está condicionado ao cumprimento de diversos fatores pelos beneficiários. Entre eles, a frequência mínima de 85% às aulas para crianças de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos.

Avanços sociais Os dados mostram uma série de avanços sociais proporcionados pela ação. Entre eles, a melhora ao acesso à educação entre os jovens pobres. O levantamento aponta que a frequência na escola entre crianças de 8 a 14 anos de idade é de 95%, mas o resultado vai piorando nas faixas etárias de 7 a 15 anos e entre 16 e 17 anos. Segundo informações obtidas por CartaCapital junto ao MDS (não pertencentes ao levantamento), entre 2009 e 2011 somente 4% dos beneficiários tiveram baixa frequência nas escolas. Em 2011, 95,52% deles cumpriram a cotagem mínima de presença exigida. Apesar de os níveis de comparecimento às salas de aula estarem dentro do esperado, em 2009 a taxa de aprovação dos alunos com auxílio financeiro no ensino fundamental foi de 82% contra 83,8% da média, com melhora no ano seguinte: 83,1% contra 85,3%. A taxa de abandono, no entanto, foi menor que a média: 3,4% em 2009, ante 4,1; 3% em 2010, contra 3,5%. Mas no ensino médio público os resultados são melhores para os integrantes do Bolsa Família. Em 2009, eles alcançaram nível de aprovação de 79,9%, contra 73,7% da média. No ano seguinte, o resultado foi de 80,8% contra 75,1% em favor dos beneficiários. A evasão escolar também foi menor que a da média: 7,5% em 2009 para os alunos do programa, contra 12,8%; 7,2% contra 11,5% em 2010.

Mais saúde Os resultados do levantamento ainda trazem avanços na área da saúde. Em 2005, as grávidas entrevistadas afirmaram ter ido, em média, a 3,1 consultas de pré-natal, um número que saltou para 3,7 quatro anos depois. Sendo que as mulheres com benefício passaram de 3 visitas para 3,7 visitas, com a evolução de 3 para 3,5 das não auxiliadas. No mesmo período, caiu de 20% para 7% o total de grávidas entrevistadas que relataram não ter realizado pré-natal, com quedas significativas em ambos os grupos. O tratamento dado às mães surtiu efeitos nos filhos. A prevalência de desnutrição aguda, crônica e baixo peso entre menores de cinco no período de 2005 a 2009 teve, em geral, queda semelhante para crianças de membros do Bolsa Família e de não beneficiados. A proporção de crianças com desnutrição crônica caiu de 14,7% para 9,7% entre os beneficiários e 15,8% para 11% no outro grupo analisado. O baixo peso teve queda de 7,8% para 5,8% entre os

não auxiliados e 7,2% para 5,9% nos beneficiários. A diferença nos casos de desnutrição aguda, no entanto, é grande: enquanto os entrevistados fora do Bolsa Família viram um aumento de 8% para 9%, os auxiliados registraram diminuição de 7,7% para 7,4%. Outro dado elevado é a taxa de vacinação entre as 4,1 milhões de crianças acompanhadas no primeiro semestre de 2012: com o programa, 98,89% delas seguiram o calendário vacinal. (Fonte: CartaCapital)

Jorge Caetano Ferminopé